



Fernando Peixinho

Às vezes dou comigo a pensar sobre o que são hoje os fundamentos das questões ideológicas e, quase sempre, estabeleço as incontornáveis comparações entre os partidos que se reclamam de uma determinada corrente de pensamento e aquilo que é a sua prática política.

Num tempo em que o pragmatismo sem rosto se sobrepõe aos valores sociais políticos e até, em muitos casos, morais, em que a globalização anula a diversidade e a diferença e em que o consumo individual é ostentado como barómetro do sucesso e do bem estar, não é fácil trazer à colação o debate das ideias, fundamentado nos princípios e valores que subs-

tantivam uma ideologia com identidade própria e reconhecimento político.

Há sensivelmente um mês um colunista de opinião, de um dos jornais de maior tiragem do país, afirmava que o valor correspondente aos perfumes consumidos na Europa e na América do Norte era suficiente para financiar as despesas com as necessidades alimentares e médico-sanitárias dos países pobres. Este exemplo é capaz de proporcionar uma visão sobre a incapacidade dos poderes públicos para, através da via fiscal, solucionar os graves problemas de desequilíbrio que ameaçam a estabilidade global do planeta. De resto, se os ditos cujos perfumes, para

A esquerda dos afectos

além do seu preço actual fossem tributados com mais 30 ou 40%, o seu consumo não diminuiria e gerava-se uma fonte de financiamento para acorrer às situações de fome que afligem dois terços da população mundial, cumprindo os impostos a sua nobre função redistributiva do rendimento global.

Um dos factos mais marcantes do ano de 1998 foi o reconhecimento internacional da obra de José Saramago ao ser-lhe atribuído o raro troféu do prémio Nobel da literatura. E, num misto de contentamento e de orgulho nacional houve, apesar de tudo quem, prisioneiro de um fundamentalismo fanático, menosprezasse o evento e até o criticasse.

Ao mesmo tempo, foram várias as autarquias do país que homenagearam José Saramago, num gesto de regozijo e de solidariedade para com um homem que dedicou uma vida

na defesa de uma causa portadora de ideais generosos, não obstante o seu enquadramento partidário e a verdade é que essas autarquias, sem excepção são governadas por partidos identificados com a tradicional noção de esquerda. No fundo, é a manifestação afectiva da esquerda, dando ideia que já só vive de recordações e de símbolos.

É verdade que o mundo mudou e mudou muito, para o bem e para o mal. As lutas de classes que fizeram a história política da primeira metade deste século foram substituídas por problemas diferentes. No entanto, o tempo que vivemos é marcado por profundas desigualdades sociais e de distribuição da riqueza, exacerbadas por um liberalismo desenfreado que tem facilitado a acção, à escala planetária, dos grandes grupos económi-

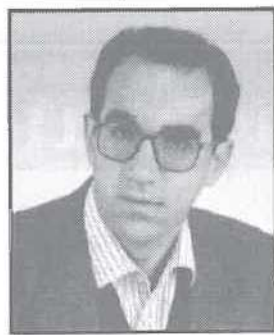
cos, que esmagam as pequenas iniciativas que foram durante muitos anos o suporte social de muitos países. E a esquerda não só não tem tido respostas alternativas a este estado de coisas como, não raras vezes sucumbe de joelhos perante o poder económico dos grandes grupos.

A distribuição dos produtos aos consumidores, que hoje constitui uma das componentes mais relevantes da cadeia de valor está dominada pelos grupos económicos desde o alfinete aos automóveis, desequilibrando as débeis economias periféricas de cada país e gerando um processo de desindustrialização, na Europa, sem precedentes.

É pois, neste universo de conflitualidade de interesses que emergem os grandes tributos da esquerda actual, ou seja, fazer suceder à tendência liberalizante e monetarista dos

últimos vinte anos um novo ciclo que estabeleça uma nova ordem económica à escala global, caracterizada por uma distribuição equilibrada da riqueza no quadro de uma economia de mercado regulamentada e com elevado sentido de responsabilidade social.

Na Europa, nos três países mais influentes, há hoje governos que se reivindicam de esquerda (Alemanha, França e Inglaterra) e a confiança que os eleitores creditaram aos políticos que elegeram mergulha na grande expectativa de aliviar estes "horrores económicos". No fundo é o grito para que a esquerda passe a ser, para além dos afectos, uma forma diferente de encontrar soluções para os problemas do mundo e da tão ténue justiça social.



António Prada

Sobre o tema que novamente me traz aqui, poderá pôr-se uma grande questão que é a de se saber se a metodologia que a Câmara vem delineando, para a concretização de projectos urbanísticos determinantes para o desenvolvimento da cidade, será a mais adequada. Nota-se, com efeito, uma evidente falta de reflexão organizada sobre a cidade que queremos. Por isso, é oportuno encarar outras formas de actuação conducentes ao seu correcto planeamento urbano, incluindo-se a promoção da participação activa dos cidadãos como, aliás, deveria ser apanágio de qualquer gestão democrática e aberta. Parece-me que nada tem sido feito neste sentido, continuando a decidir-se casuisticamente sobre as características e localização das diversas infraestruturas e equipamentos ur-

banos fora de uma perspectiva global de ordenamento urbanístico. A situação parece-me ainda mais grave no caso de uma cidade como Bragança, com enormes possibilidades de valorização e de expansão do seu núcleo central, dada a existência de consideráveis espaços vazios, mas também com naturais estrangimentos, que só com o adequado planeamento global se poderão ultrapassar.

Assim, não se procedendo com um mínimo de metodologia, dá-se lugar ao banal confronto de ideias sem qualquer quadro de referência, criando-se até a percepção errada nos cidadãos de que o planeamento será inútil. Tem-se especulado sobre a localização dos futuros Paços do Concelho, do novo Mercado, da definição das características e localização da Central de Camionagem, do desti-

Que ideia de Cidade para Bragança?

Uma questão de metodologia

no a dar à antiga Escola Augusto Moreno. Lançam-se concursos de ideias sem a adequada sustentação de planeamento. A falta de definição de uma adequada estratégia de circulação e transportes também tem motivado equívocos por parte dos autarcas levando a decisões erradas, por exemplo, no campo da gestão do tráfego, a avaliar pelo exemplo da opção pela sinalização luminosa na Av. João da Cruz. Esta opção está, aliás, em contradição com o que veio a público recentemente em suplementos jornalísticos, onde se prevê uma grande remodelação desta avenida a breve prazo. Está em gestação um projecto de Urbanismo Comercial que, julgo, não terá resultado de uma discussão séria sobre os impactos no meio urbano exterior à zona abrangida.

Ora, só recorrendo aos instrumentos de planeamento adequados, é que se pode

verdadeiramente proceder à correcta integração das diversas intervenções que estão em perspectiva. Com esta forma de actuação vai suceder que, quando se quiserem elaborar esses planos, estes já de pouco valerão ou serão então estudos destinados a corrigir erros existentes. Não me parece que a generalidade das intervenções previstas sejam de carácter urgente para a cidade, dada a inexistência em Bragança de carências particulares que essas intervenções viessem suprir. Mas, considerando a eventual urgência na programação de algumas delas, nomeadamente tendo em vista as candidaturas ao novo Quadro Comunitário de Apoio, deveria a Câmara encarar um quadro metodológico de recurso devidamente articulado com o desenvolvimento do Plano de Urbanização, cuja elaboração já tarda.

Existem, desde há al-

guns anos, instrumentos de planeamento devidamente homologados, o *Plano Estratégico* e o *Plano Director Municipal*, mas pouca importância lhes tem sido dada, nomeadamente ao nível do que representam como documentos precursores dos subsequentes planos urbanísticos que seriam o *Plano de Urbanização* e os *Planos de Pormenor*. Confirma-se, talvez, a ideia de que são elaborados por obrigação legal com a simples finalidade de obtenção dos fundos comunitários.

É, paramim, claro que Bragança poderá observar, nos próximos anos, um certo crescimento demográfico acompanhado da necessária execução de diversas infraestruturas e equipamentos colectivos, por forma a integrar a rede de cidades médias. Aliás, tudo indica que só será possível combater-se a desertificação global destas regi-

ões do interior se, entre outras acções, forem criadas condições de desenvolvimento sustentável dos seus principais aglomerados urbanos, dadas ainda as baixas taxas de urbanização aqui existentes (pouco mais de 20% de cidadãos a viver nos aglomerados urbanos, contra cerca de 70% nas regiões do litoral). O próprio "Plano Estratégico da Cidade de Bragança" veio dar consistência a esta ideia, mas será necessário dar-lhe o adequado apoio, nomeadamente pela intervenção do *Gabinete da Cidade* aí previsto, se é que existe.

Julgo, finalmente, que ainda se está a tempo de "parar para pensar" e discutir os princípios orientadores e a metodologia a adoptar no futuro, sob pena de se virem a criar graves e irreversíveis situações de desenvolvimento urbanístico inadequado.